

ROBERT DARNTON

FR**NTEIRAS**
DO PENSAMENTO

LIBRETO

A GRANDE VIRADA

TEMPORADA 2016



ROBERT DARNTON

(Estados Unidos, 1939)

Historiador cultural norte-americano. Pioneiro nos estudos sobre a história do livro e diretor da Biblioteca de Harvard, é responsável por disponibilizar pela internet o conjunto da produção intelectual da universidade.

“Uma vida sem leitura é triste. E não lendo nada seríamos cortados de boa parte de nossa cultura. A importância de democratizar o acesso por meio da internet me parece central.”

Expediente

Fronteiras do Pensamento®
Temporada 2016

Curadoria

Fernando Schüler

Concepção e Coordenação Editorial

Luciana Thomé
Michele Mastalir

Pesquisa

Francisco Azeredo
Juliana Szabluk

Editoração e Design

Lampejo Studio

Revisão Ortográfica

Renato Deitos

www.frenteiras.com

Nascido em Nova York, Robert Darnton é pioneiro nos estudos sobre a história do livro e um dos mais renomados especialistas em história da França do século XVIII. Graduado pela Universidade de Harvard, com mestrado e doutorado pela Universidade de Oxford, lecionou em Princeton de 1968 a 2007. Em 2007, assumiu como diretor da Biblioteca de Harvard e tornou-se o responsável por disponibilizar pela internet o conjunto da produção intelectual da universidade, considerado um dos maiores e mais importantes do mundo.

É autor de diversos livros, como *O Iluminismo como negócio*, *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, *A questão dos livros* e *O beijo de Lamourette – Mídia, cultura e revolução*. Sua obra mais conhecida é *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, traduzida para 19 idiomas.

Já foi professor visitante e membro de inúmeras instituições de ensino avançado, além de consultor da Biblioteca Pública de Nova York e da Oxford University Press, e de ter trabalhado por um breve período no jornal *The New York Times*. Dentre as premiações por seu trabalho, constam o MacArthur Prize Fellowship, o National Book Critics Circle Award, a Legião da Honra francesa e a Medalha Nacional de Humanidades, concedida por Barack Obama.

Robert Darnton acredita que a história da censura não é uma história de luzes contra a escuridão, mas a história de determinados contextos e comportamentos humanos. Em sua mais recente publicação, *Censores em ação – Como os Estados influenciaram a literatura*, recria três momentos em que a censura restringiu a expressão literária – no século XVIII na França, no século

IDEIAS

XIX na Índia e no século XX na Alemanha Oriental. Ao enraizar a censura nas particularidades da história, o estudo aborda o impacto da repressão na literatura. Em 2007, participou da primeira temporada do *Fronteiras do Pensamento*.

“A internet transformou o modo como os livros são produzidos, vendidos e lidos. As mudanças que começaram em 1991, com o desenvolvimento da internet, são tão grandiosas quanto as da Era Gutenberg. E elas continuam. Não é exagero dizer que o mundo do livro está passando por sua maior transformação em 500 anos. É excitante e ameaçador para profissionais do livro, mas, para mim, é um tempo de grandes oportunidades.”

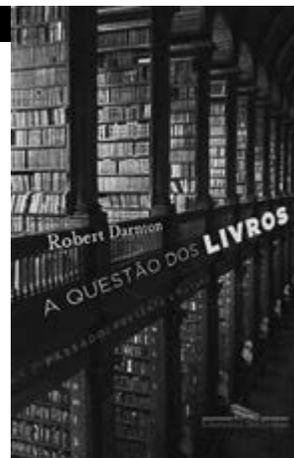
“Deveria haver mais apoio público às bibliotecas e elas deveriam se tornar centros eletrônicos de difusão da literatura. Fácil de dizer, difícil de executar. O potencial está lá. Alguém deve assumir a liderança e convencer governos a dedicar mais atenção a isso. Não se trata de uma ideia ingênua. Estamos descobrindo que pode haver consequências econômicas se tivermos maior e melhor acesso a livros e artigos.”

“Para os filósofos, o Iluminismo dependia da comunicação, especialmente da palavra impressa, como motor do progresso. Entretanto, no século XVIII as taxas de alfabetização eram muito baixas, e o desenvolvimento econômico não apoiava um mercado editorial vibrante. Hoje, com a internet, parece que temos a capacidade técnica de realizar o sonho do Iluminismo. Neste ponto, os séculos XVIII e XXI se complementam quanto ao sonho de realmente disponibilizar o conhecimento para as pessoas e nos comunicarmos abertamente por todo o mundo.”

“Elas (as bibliotecas físicas) terão que se adaptar e adquirir uma nova importância, pois irão mudar de função. As bibliotecas estão se tornando sistemas nervosos intelectuais. As pessoas as frequentam em grupos para estudar, discutir e trabalhar coletivamente de um modo que não existia antes. As bibliotecas de universidades estão cada vez mais vibrantes, por mais que tenham cada vez menos foco em apenas oferecer livros.”

“Há uma conexão entre o jornalismo, que tenta comunicar notícias de forma impressa [no caso dos jornais e revistas], e a história dos livros, que estuda a impressão como notícia, mas notícia sobre passado. Sou fascinado pela maneira como as pessoas dão sentido à vida em torno delas. Uma maneira de fazer sentido é escrever artigos para jornais. Quando era jovem, tentei aprender o que era notícia. Desde que me tornei um aliado dos antropólogos, que veem tudo como uma construção cultural, aprendi que as notícias em si são uma construção cultural. E agora tenho tentado desenvolver uma História da Comunicação das Notícias estudando os livros, mas não apenas livros. É preciso incluir os manuscritos, os rumores, as canções, todo o tipo de comunicação. Então, sinto que o meu passado como repórter de jornal preparou-me para o estudo da – se você gosta de sociologia – comunicação.”

ESTANTE



A QUESTÃO DOS LIVROS

1ª edição – 2009 /

Edição no Brasil – Companhia das Letras, 2010

Darnton reuniu em um único volume seus artigos abordando a questão do livro, quando verificou que, depois dos anos 2000, ele havia sido convidado a um grande número de conferências sobre a suposta “morte do livro”, levando-o a suspeitar que estes, ao contrário, deviam estar muito vivos.



***O BEIJO DE LAMOURETTE
- MÍDIA, CULTURA E
REVOLUÇÃO***

1ª edição - 1990 /
Edição no Brasil - Companhia
das Letras, 2010

Em 15 ensaios que tratam da história em geral e da história dos meios de comunicação, o historiador Robert Darnton mostra como o passado atua no presente e propõe a criação de uma disciplina particular - a história do livro.



***OS DENTES FALSOS DE
GEORGE WASHINGTON - UM
GUIA NÃO CONVENCIONAL
PARA O SÉCULO XVIII***

1ª edição - 2003 /
Edição no Brasil - Companhia
das Letras, 2005

Tratando de temas aparentemente díspares, o autor capta, em oito artigos, o espírito e a carne do século XVIII por meio de detalhes da vida cotidiana e do imaginário da época. A imprensa, as publicações clandestinas, as canções populares, os fuxicos sobre a corte - em especial sobre a vida sexual dos monarcas -, bem como as contradições da vida privada de personagens como Rousseau, Condorcet e Brissot, são abordados com humor e espírito de provocação.

ESTANTE



***O DIABO NA ÁGUA BENTA
- OU A ARTE DA CALÚNIA E
DA DIFAMAÇÃO DE LUÍS XIV
A NAPOLEÃO***

1ª edição – 2009 /

Edição no Brasil – Companhia
das Letras, 2012

O diabo na água benta é uma narrativa irônica do labirinto em que se perderam os agentes franceses que atravessaram o Canal da Mancha e se infiltraram nos becos londrinos dispostos a desmontar a indústria editorial que ameaçava os fundamentos da monarquia.

NA WEB

SITE

<http://www.robertdarnton.org/>

WIKIPEDIA

https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_Darnton (em inglês)

WIKIPEDIA 2

https://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Darnton

HARVARD

<http://history.fas.harvard.edu/people/robert-darnton>
(em inglês)

ENTREVISTAS

“O público leitor está crescendo graças ao livro digital”

Entrevista para o jornal *O Estado de São Paulo*, publicada em agosto de 2016

<https://is.gd/Darnton1>

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,robert-darnton-o-publico-leitor-esta-crescendo-gracas-ao-livro-digital,10000069042>

Robert Darnton lança novo livro e fala sobre literatura e censura

Entrevista para o caderno *Ilustríssima* da Folha de S.Paulo, publicada em junho de 2016

<https://is.gd/Darnton2>

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/06/1777911-robert-darnton-lanca-novo-livro-e-fala-sobre-literatura-e-censura.shtml>

“Uma piada é uma espécie de porta de entrada para um outro sistema cultural”

Entrevista para a *Revista de História*, publicada em outubro de 2010

<https://is.gd/Darnton3>

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/robert-darnton>

O historiador Robert Darnton fala sobre o futuro do livro

Entrevista para a revista *Cult*, publicada em maio de 2012

<https://is.gd/Darnton4>

<http://revistacult.uol.com.br/home/2012/05/o-historiador-robert-darnton-fala-sobre-o-futuro-do-livro/>

Robert Darnton e o futuro dos livros

Entrevista para o *site* Saraiva Conteúdo, publicada em novembro de 2010

<https://is.gd/Darnton5>

<http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/10461>

VÍDEOS E LINKS

Livros publicados no Brasil

Página do *site* da editora Companhia das Letras, com os livros de Robert Darnton publicados no Brasil

<https://is.gd/Darnton6>

<http://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00120>

Robert Darnton investiga três capítulos da história da censura

Texto do blog *Máquina de escrever*, do site G1, sobre o livro

Censores em ação, publicado em maio de 2016

<https://is.gd/Darnton7>

<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/maquina-de-escrever/post/robert-darnton-investiga-tres-capitulos-da-historia-da-censura.html>

Roda Viva

Entrevista para o programa *Roda Viva* da TV Cultura, exibida em setembro de 2012 (legendado)

<https://is.gd/Darnton8>

<https://www.youtube.com/watch?v=Eo3wTUimklU>

Revista Cult

Entrevista para a revista *Cult*, publicada em maio de 2012 (legendado)

<https://is.gd/Darnton9>

<https://www.youtube.com/watch?v=ZPRiYz11L18>

O futuro do livro

Entrevista para a Univesp TV, exibida em junho de 2012 (legendado)

<https://is.gd/Darnton10>

<https://www.youtube.com/watch?v=XjwibJvzE4A>

Fronteiras do Pensamento

Vídeos de Robert Darnton produzidos pelo *Fronteiras do Pensamento* (legendados)

<https://is.gd/Darnton11>

<http://www.frenteiras.com/videos/conferencistas/robert-darnton>

TRECHO



CENSORES EM AÇÃO – COMO OS ESTADOS INFLUENCIARAM A LITERATURA

DE ROBERT DARNTON
COMPANHIA DAS LETRAS/2016

Trecho do livro *Censores em ação*, de Robert Darnton, publicado pela Companhia das Letras. Nele, o historiador cultural recria três momentos em que a censura restringiu a expressão literária. Na França, no século XVIII, censores, autores e livreiros colaboravam no fazer literário ao navegar na intricada cultura do privilégio em torno da realeza. Em 1857, na Índia, o Rajá britânico empreendeu uma investigação minuciosa dos aspectos da vida no país, transformando julgamentos literários em sentenças de prisão. E na Alemanha Oriental, a censura era tão onipresente que se instaurou na mente dos escritores como autocensura, com sequelas visíveis para a literatura nacional.

Parte 1

A França dos Bourbon: Privilégio e repressão

A visão maniqueísta da censura exerce um apelo especial quando aplicada na era do Iluminismo, pois ele é visto facilmente como uma batalha da luz contra as trevas. O movimento do século XVIII se apresentava dessa forma, e seus heróis derivaram outras dicotomias deste contraste básico: razão contra obscurantismo, liberdade contra opressão, tolerância contra fanatismo. Eles viam forças paralelas em ação nos reinos social e político: de um lado,

a opinião pública mobilizada pelos *philosophes*; de outro, o poder da Igreja e do Estado. É claro que os historiadores do Iluminismo evitam tal simplificação. Expõem as contradições e as ambiguidades, sobretudo quando relacionam ideias abstratas com instituições e eventos. Mas, quando chegam ao tema da censura, as interpretações históricas geralmente opõem a atividade repressiva dos funcionários administrativos às tentativas de escritores para promover a liberdade de expressão. A França oferece os exemplos mais dramáticos: a queima de livros, a prisão de autores, a condenação das obras de literatura mais importantes como ilegais – sobretudo as de Voltaire e Rousseau e a *Encyclopédie*, cuja publicação simboliza a luta do conhecimento para se libertar das algemas impostas pelo Estado e pela Igreja.

Há muito a dizer em favor dessa interpretação, especialmente se for vista da perspectiva do liberalismo clássico ou do compromisso com a defesa dos direitos humanos – ou seja, de um ponto de vista moderno, derivado ele mesmo do Iluminismo. Mas, qualquer que seja sua validade como forma de adaptar juízos de valor à objetividade histórica, ela se ressentida da carência de bases de pesquisa sobre como os censores de fato operavam. O que eles faziam, como entendiam suas tarefas e como suas atividades se encaixavam na ordem política e social vigente?

Tipografia e legalidade

Pensemos, por exemplo, na folha de rosto de um livro comum do século XVIII, *Nouveau Voyage aux isles de l'Amérique* (Paris, 1722). Ela se estende demoradamen-

te, mais parece uma sobrecapa do que a folha de rosto de um livro moderno. De fato, sua função era semelhante à de uma sobrecapa: resumia e fazia propaganda do conteúdo do livro para quem estivesse interessado em lê-lo. O elemento ausente, pelo menos para o leitor moderno, é igualmente chocante: o nome do autor. Ele simplesmente não aparece. Não que o autor estivesse tentando esconder sua identidade: seu nome aparece nas páginas preliminares. Mas a pessoa que realmente tinha de responder pelo livro, o homem com a responsabilidade legal e financeira por ele, se mostra de modo proeminente ao pé da página, com o endereço: “Paris, Rue S. Jacques, Pierre François Giffart, perto da Rue des Mathurins, na imagem de santa Teresa”. Giffart era um livreiro (*libraire*) e, como muitos livreiros, funcionava como publicador (o termo moderno para editor, *éditeur*, ainda não havia entrado para o uso comum): comprava manuscritos dos autores, realizava sua impressão e vendia os produtos finalizados em sua loja. Desde 1275, os livreiros estavam sujeitos à autoridade da universidade e, portanto, tinham que montar suas lojas no Quartier Latin. Congregavam-se especialmente na Rue Saint Jacques, onde seus letreiros de ferro forjado (daí, “na imagem de santa Teresa”) pendiam no ar presos em dobradiças, como os ramos das árvores numa floresta. A irmandade dos impressores e livreiros, cujo padroeiro era São João Evangelista, se reunia na Igreja dos Padres de Mathurin, na Rue des Mathurins, perto da Sorbonne, cuja faculdade de teologia muitas vezes se pronunciava sobre a ortodoxia dos textos publicados. Portanto, esse endereço situava o livro no coração do comércio oficial, e seu *status* legal ficava claro, de todo modo, pela fór-

mula impressa no pé da página: “com a aprovação e o privilégio do rei”.

Aqui encontramos o fenômeno da censura, porque aprovações eram sanções formais conferidas pelos censores da corte. Nesse caso, há quatro aprovações, todas impressas no início do livro e escritas pelos censores que haviam aprovado o manuscrito. Um censor, professor na Sorbonne, comentou na sua aprovação: “Tive o prazer de ler isto; é repleto de coisas fascinantes”. Outro, professor de botânica e medicina, sublinhou a utilidade do livro para viajantes, mercadores e estudantes de história natural e elogiou em especial seu estilo. Um terceiro censor, um teólogo, simplesmente atestou que era uma boa leitura. Ele não conseguiu largar o livro, disse, porque inspirava no leitor “essa curiosidade ávida, mas doce, que nos faz continuar a leitura”. Será essa a linguagem que se espera de um censor? Para reformular a pergunta nos termos da indagação que Erving Goffman supostamente estabeleceu como ponto de partida de toda investigação sociológica: o que está acontecendo aí?

O início de uma resposta pode ser encontrado no privilégio em si, que vem impresso após as aprovações. Ele toma a forma de uma carta do rei para os funcionários de seus tribunais, notificando-os de que o rei garantiu ao autor do livro, cujo nome aparece pela primeira vez, o direito exclusivo de reproduzi-lo e de colocá-lo à venda por meio de intermediários na guilda dos livreiros. O privilégio é um texto longo e complexo, cheio de estipulações acerca dos atributos físicos do livro. Devia ser impresso em “papel bom e em tipos belos, em conformidade com os regulamentos do comércio de li-

vros”. Tais regulamentos definiam critérios detalhados de controle de qualidade: o papel devia ser feito com uma determinada variedade de trapos de pano; os tipos gráficos deviam ser calibrados de modo que a letra *m* seria exatamente da largura de três *l*. Isso era puro colbertismo – ou seja, interferência do Estado a fim de promover o comércio, estabelecendo critérios de qualidade e reforçando as guildas, por trás de um muro protetor de tarifas, originalmente concebidas sob a direção do próprio Jean Baptiste Colbert. E concluía como todos os éditos reais: “Pois tal é o nosso prazer”. Legalmente, o livro existia em virtude do prazer do rei; era fruto da “graça” real. A palavra *grâce* é recorrente em todos os éditos importantes no comércio do livro; e, de fato, a *Direction de la Librairie*, o departamento da corte incumbido do comércio de livros, estava dividida em duas partes: a “*Librairie Contentieuse*”, para regular conflitos, e a “*Librairie Gracieuse*”, para o fornecimento de privilégios. Por fim, depois do texto do privilégio, vinha uma série de parágrafos que afirmavam que o privilégio tinha sido inscrito no registro da guilda dos livreiros e que fora dividido em porções, vendidas a quatro livreiros diferentes.

Ora, aos olhos modernos, tudo isso parece um tanto estranho: temos censores que elogiam o estilo e a legibilidade do livro, em vez de cortar suas heresias; temos o rei que confere sua graça ao livro; e temos os membros da guilda dos livreiros que dividem essa graça e a vendem como se ela fosse uma forma de propriedade. O que estava acontecendo, na verdade?

Uma forma de entender esse enigma é pensar no livro do século XVIII como algo comparável a certos potes de ge-

leia e caixas de biscoito na Inglaterra, que parecem muito curiosos para os estrangeiros, porque existem “por concessão especial de Sua Majestade a Rainha”. O livro era uma variedade de produto; tinha uma sanção real; e, ao concederem tal sanção, os censores atestavam sua excelência em geral. A censura não era uma simples questão de purgar as heresias. Ela era *positiva* – um endosso real do livro e um convite oficial para sua leitura.

O termo governamental para esse sistema era “privilégio” (etimologicamente, “lei privada”). O privilégio era o princípio organizador do Antigo Regime em geral, não apenas na França, mas na maior parte da Europa. A lei não se aplicava igualmente a todos, pois se supunha que todos os homens (e, mais ainda, todas as mulheres) nasciam desiguais – e que isto era certo: as hierarquias eram ordenadas por Deus e estavam inscritas na natureza. A ideia de igualdade perante a lei era impensável para a maioria dos europeus, com exceção de alguns poucos filósofos. A lei era um beneplácito especial concedido a indivíduos particulares ou a grupos, pela tradição e pela graça do rei. Assim como “homens de qualidade” bem nascidos desfrutavam privilégios especiais, o mesmo ocorria com livros de alta qualidade. De fato, o privilégio operava em três níveis na indústria editorial: o livro em si era privilegiado (a ideia moderna do direito autoral não existia, exceto na Inglaterra); o livreiro era privilegiado (como membro de uma guilda, desfrutava o direito exclusivo de participar do comércio de livros); e a guilda era privilegiada (como uma corporação exclusiva, ela se beneficiava de certos direitos, em especial da isenção da maioria dos impostos). Em suma, a monarquia dos Bour-

bon desenvolveu um sofisticado sistema de distribuição do poder do mundo da impressão; e, como produto desse sistema, o livro sintetizava o regime inteiro.

O ponto de vista dos censores

Tais eram as características formais do Antigo Regime tipográfico. Qual é a feição do sistema, se estudarmos seu funcionamento por trás da fachada das folhas de rosto e dos privilégios – ou seja, do ponto de vista dos próprios censores? Felizmente, uma série de manuscritos na Bibliothèque Nationale de France contém um rico veio de informações sobre como os censores exerciam suas tarefas nas décadas de 1750 e 1760. Centenas de cartas e relatórios dos censores para o diretor do departamento do comércio de livros (Direction de la Librairie), C. G. de Lamoignon de Malesherbes, revelam seu modo de trabalho e especialmente suas razões para aceitar ou recusar a solicitação de um privilégio.

Como eram comunicações confidenciais para Malesherbes, os relatórios tratavam os livros com uma franqueza que não poderia aparecer em aprovações formais. Às vezes, está claro, elas se limitavam a fornecer a garantia de que um manuscrito não continha nada de ofensivo à religião, à moralidade ou ao Estado – as categorias convencionais que requeriam a atenção de um censor. No entanto, muitos censores transmitiam endossos positivos sobre o estilo e o conteúdo, mesmo quando consistiam em apenas uma ou duas frases. Esta é uma típica recomendação para um privilégio: “Por ordem do monsenhor chanceler, li as *Lettres de M. de la Rivière*. Elas me

parecem bem escritas e cheias de reflexões razoáveis e edificantes”. Quando os censores se sentiam entusiasmados com um texto, exageravam nos elogios. Um deles oferece uma minuciosa exposição de todas as qualidades que justificavam a concessão de um privilégio a um livro sobre as Ilhas Britânicas: ordenação impecável do tema em estudo, história soberba, geografia precisa; era exatamente aquilo que satisfazia a curiosidade do leitor. Outro censor endossava um livro sobre ética basicamente por suas qualidades estéticas. Embora carecesse de certa elevação de tom, o livro era simples e consistente, enriquecido com anedotas divertidas e apresentado de um modo que prenderia o interesse dos leitores, ao mesmo tempo em que os convenceria das vantagens da virtude. Alguns relatórios positivos se estendem a tal ponto que parecem resenhas de livros. Um censor se entusiasmou com os elogios a um livro de viagem, depois se deteve e decidiu apresentar uma recomendação concisa “para evitar que eu invada o território dos jornalistas”. Longe de parecerem sentinelas ideológicas, os censores escreviam como homens de letras, e seus relatórios podiam ser considerados uma forma de literatura.

Suas preocupações literárias sobressaem em especial nos relatórios negativos, nos quais se pode esperar a mais cerrada concentração de vetos a heresias. Um censor condenou o “tom leve e jocoso” de um tratado de cosmologia. Outro não tinha nenhuma objeção teológica a uma biografia do profeta Maomé, mas a achou superficial e pesquisada de maneira inadequada. Um terceiro não quis recomendar um manual de matemática porque não analisava os problemas com detalhes suficientes e não dava os cubos e os quadrados de certas somas. Um

quarto rejeitou um tratado de direito sob o argumento de que usava terminologia inexata, datava documentos erradamente, interpretava mal princípios básicos e estava cheio de erros de grafia. Um relato das campanhas de Frederico II ofendeu um quinto censor, não por causa de alguma discussão desrespeitosa acerca da política externa francesa, mas porque “é uma compilação sem gosto e sem discernimento”. E um sexto rejeitou uma defesa da ortodoxia religiosa contra os ataques de livres pensadores, antes de tudo, por sua negligência:

Não chega a ser um livro. Não se pode dizer qual é o propósito do autor, senão quando se termina a leitura. Ele avança numa direção, depois volta atrás; seus argumentos muitas vezes são fracos e superficiais; seu estilo, numa tentativa de ganhar vivacidade, se mostra apenas petulante [...]. No esforço de tornar uma frase bonita, ele frequentemente parece tolo e ridículo.

É claro, os relatórios também contêm muitos comentários que condenam ideias que não são ortodoxas. Sem dúvida, os censores defendiam a Igreja e o rei. Mas trabalhavam com base na ideia de que uma aprovação era um endosso positivo de um livro e de que um privilégio transmitia a sanção da Coroa. Escreviam como homens de letras, também, decididos a defender “a honra da literatura francesa”, como diz um deles. Muitas vezes adotavam um tom superior, derramando escárnio sobre obras que não conseguiam alcançar os padrões que

podiam ser estabelecidos no *grand siècle*. Um censor se mostrou tão cortante quanto Nicolas Boileau, o mais incisivo crítico do século XVIII, ao rejeitar um almanaque que não continha nada de ofensivo, exceto sua prosa: “Seu estilo é indigente”. Outro descartou um romance sentimental simplesmente por ser “mal escrito”. Um terceiro condenou a tradução de um romance inglês por mera insipidez: “Só vejo aqui uma insípida pregação de moral entremeada com aventuras triviais, gracejos inossos, descrições desbotadas e reflexões banais [...]”. Tal obra não é digna de aparecer com um sinal público de aprovação”.

Esse estilo de censura criava um problema: se os manuscritos tinham de ser não só inofensivos, mas também dignos de um selo de aprovação de Luís XIV, será que a maior parte da literatura não ficaria forçosamente abaixo desse nível de exigência? O censor do romance mencionado acima escolheu uma forma convencional para contornar tal dificuldade:

Porque [esta obra], a despeito de suas falhas e de sua mediocridade, não contém nada de perigoso ou repreensível e, no final, não ataca a religião, a moralidade ou o Estado, creio que não existe nenhum risco em tolerar sua impressão e que ela pode ser publicada com uma permissão tácita, embora o público dificilmente vá se sentir honrado com um presente de tal ordem.

Em outras palavras, o regime criou escapatórias no sistema legal. “Permissões tácitas”, “tolerâncias”, “permissões simples”, “permissões da polícia” – os funcionários encarregados do comércio de livros inventaram uma série de categorias que podiam ser usadas para permitir que livros viessem a público sem receber um endosso oficial. Dada a natureza do sistema de privilégio, eles dificilmente poderiam agir de outro modo, a menos que quisessem declarar guerra à maior parte da literatura de sua época. Como diz Malesherbes, ao refletir sobre seus anos como diretor do comércio de livros: “um homem que só lê livros que apareceram originalmente com a sanção explícita do governo, como prescreve a lei, ficaria mais ou menos um século atrasado em relação a seus contemporâneos”.

ANOTAÇÕES

www.fronteiras.com